

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa **Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS)**, ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

REQUERIMENTO N.º , DE 2014
(Do Sr. Rubens Bueno)

CPMI-PETRO

Requerimento
Nº 124/14

Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do senhor Ronan Maria Pinto, CPF 097.607.171-15.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 3º, do art. 58, da Constituição Federal – CF, a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Senhor *Ronan Maria Pinto* CPF 097.607.171-15 no período compreendido entre **01/01/2004 a 27/08/2014**.

JUSTIFICATIVA

Em reportagem veiculada no dia 23 de agosto de 2014 no Estadão, foi relatado que a Polícia Federal encontrou no escritório da contadora de Alberto Youssef um contrato de empréstimo no valor de R\$ 6 milhões entre o empresário Marcos Valério e uma empresa de Ronan Maria Pinto, empresário de Santo André.

Segundo a reportagem o documento foi assinado em outubro de 2004. As prestações seriam pagas entre 2004 e 2005. Por esta razão, a quebra de sigilo necessita alcançar também o ano de 2004.

Em depoimento ao Ministério Público em dezembro de 2012, Valério afirmou que dirigentes do PT pediram a ele R\$ 6 milhões que seriam destinados ao empresário Ronan Maria Pinto para que ele parasse de chantagear o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o então secretário da Presidência, Gilberto Carvalho, e o então ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Recebido em 28/05/2014 (Sh)

Kerry Cristina R. Martins
Analista Legislativo
Mat. 221 864

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Sendo assim, entendemos como fundamental a transferência do sigilo para o desenvolvimento das investigações e, sobretudo, para comprovar o envolvimento de outros investigados nesse esquema de corrupção.

Sala de Reuniões, em 27 de Agosto de 2014.


Dep. RUBENS BUENO
PPS/PR